



# **ParlAmericas**

## **Express**

ANO 1. NÚMERO 2. JUNHO 2012

- ✓ **Supervisão do orçamento parlamentar**
- ✓ **Segurança cidadã para as mulheres**
- ✓ **Assembleia Plenária 9**
- ✓ **Palavra dos especialistas**
- ✓ **Centro de recursos**



### **FUTUROS EVENTOS EM 2012**

**30-31 AGOSTO e  
1º SETEMBRO:**  
**Assembleia Plenária 9**  
**(Cidade do Panamá,  
Panamá )**

**29 AGOSTO e  
1º SETEMBRO:**  
**Reunião do Conselho de  
Administração (Cidade do  
Panamá, Panamá)**

**OUTUBRO: Workshop de  
Comércio, em colaboração  
com a OMC e GOPAC  
(a confirmar, Uruguai)**



## ParlAmericas

Anteriormente FIPA  
(Foro Interparlamentar  
das Américas)

Estabelecida em 2001

**Presidente**  
Randy Hoback (Canadá)

**1º Vicepresidente**  
Victor Julio III (Panamá)

**2º Vicepresidente e  
Presidente do Grupo de  
Mulheres Parlamentares**  
Linda Machuca Moscoso  
(Equador)

**Secretário-Tesoureiro**  
Germán Alcides Blanco  
Álvarez (Colômbia)

**Outros membros do  
Conselho de  
Administração**  
Michael L. MacDonald  
(Canadá)  
Adriana González (México)  
María Jeannette Ruiz  
(Costa Rica)  
Claudio Perdomo  
(Honduras)  
Armando Torres (Cuba)  
Alberto Grillón (Paraguai)  
Ignacio Urrutia (Chile)

**Secretaria Técnica**  
500 – 165 Sparks St.  
Ottawa, ON K1P 5B9  
Canada

☎ : +1 613 594 5222  
☎ : + 1 613 594 4766

[www.parlamericas.org](http://www.parlamericas.org)

**Diretora Geral**  
Gina Hill

**Gerente de Projeto**  
Viviane Rossini

**Encarregada de  
projetos e  
comunicações**  
Thaís Martín Navas

**Encarregado de  
logística e  
administração**  
Marcelo Virkel

## Mensagem do Presidente



**Randy Hoback**

*Presidente de ParlAmericas  
Membro do Parlamento, Canadá*

Prezados colegas,

Sejam muito bem-vindos ao segundo número do **ParlAmericas Express**. Se vocês não tiveram a oportunidade de visitar nosso site web nos últimos meses saibam que nessa publicação, além das principais atividades que costumamos realizar, constam também aquelas que estão para acontecer.

É com alegria que lhes anuncio que, em fevereiro, na cidade de Washington, o ParlAmericas assinou um Memorando de Entendimento com a Organização dos Estados Americanos. Esse Memorando de Entendimento possibilitará que essas organizações possam trabalhar, juntas, em iniciativas que apoiem os parlamentares das Américas.

Também em fevereiro, falei com os membros do Líderes Emergentes das Américas (ELAP, segundo suas siglas em inglês), programa que reforça o compromisso do Canadá nas Américas e trabalha para incrementar a prosperidade e promover valores fundamentais tais como a liberdade, a democracia, os direitos humanos e o estado de direito.

Em março, tive a honra de ser convidado para falar no Honorable Conselho Permanente da OEA sobre questões relativas a diálogos regionais e cooperação hemisférica. Encabecei, também, uma delegação que representou o ParlAmericas nas reuniões da Cúpula das Américas, em Cartagena, na Colômbia.

Além disso, tive o prazer de me reunir com os representantes de vários países do hemisfério, a saber: Equador, Guatemala, México, Panamá, Peru e Uruguai. Acompanhei, também, o Primeiro Ministro, Stephen Harper, na segunda visita oficial que o Canadá fez ao Chile (Tratado de Livre Comércio Chile-Canadá).

Será um prazer responder, pessoalmente, às suas perguntas, caso você queira se envolver com o ParlAmericas, enquanto trabalhamos, como parlamentares das Américas, por um futuro promissor para nosso hemisfério! Podem se comunicar comigo pelo site: [president@parlamericas.org](mailto:president@parlamericas.org).

Atenciosamente,

Randy

## Sobre o ParlAmericas : O Conselho

O Conselho de Administração do ParlAmericas está integrado atualmente por onze membros que servem ao conselho da seguinte maneira:

**Randy Hoback**  
Presidente  
Deputado  
Canadá

**Michael L. MacDonald**  
Senador  
Canadá

**Claudio Perdomo**  
Membro do Congreso Nacional  
Honduras

**Alberto Grillón**  
Senador  
Paraguai

**Victor Julio**  
1º Vicepresidente  
Deputado  
Panamá

**Adriana González**  
Senadora  
México

**Armando Torres**  
Membro da Assembleia Nacional  
Cuba

**Ignacio Urrutia**  
Deputado  
Chile

**Linda Machuca**  
Presidente do Grupo de Mulheres  
Parlamentares  
2º Vicepresidente  
Membro da Assembleia Nacional

**María Jeannette Ruiz**  
Membro da Assembleia Nacional  
Costa Rica

**Germán Blanco**  
Representante  
Colômbia

## Parceiros



Agence canadienne de  
développement international Canadian International  
Development Agency



Organização dos  
Estados Americanos



ORGANIZACIÓN  
MUNDIAL  
DEL COMERCIO



Parliamentary Centre  
Le Centre parlementaire  
Centro Parlamentario



GLOBAL ORGANIZATION OF PARLIAMENTARIANS AGAINST CORRUPTION  
ORGANISATION MONDIALE DES PARLEMENTAIRES CONTRE LA CORRUPTION  
ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE PARLAMENTARIOS CONTRA LA CORRUPTION

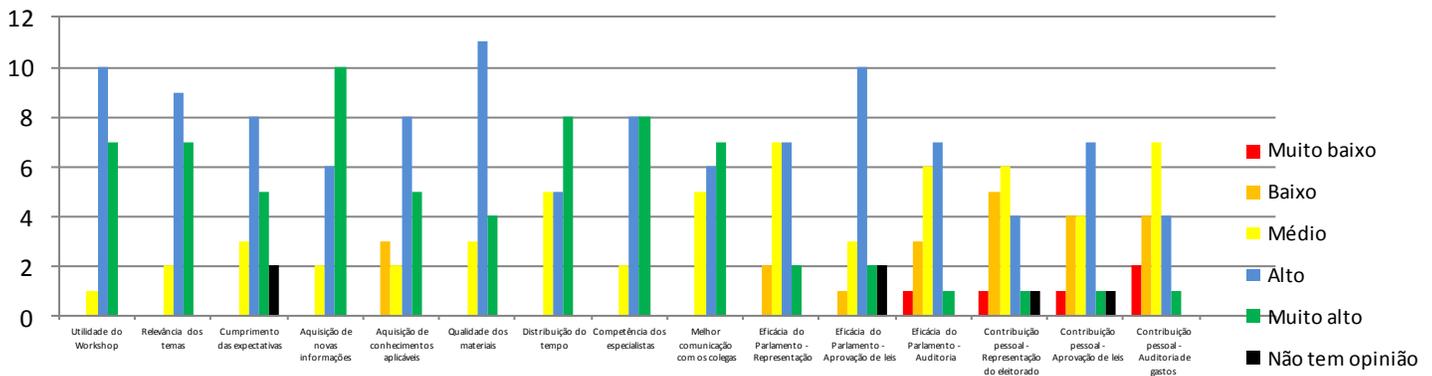
# Fortalecimento da supervisão do orçamento parlamentar

## Perspectiva geral

As atividades de capacitação que o ParlAmericas começou a organizar, a partir de 2011, incluem um workshop sobre controle orçamentário. De 30 a 31 de janeiro de 2012, o ParlAmericas organizou um workshop regional, do qual participaram parlamentares de oito países, de dois territórios do Caribe e Auditores Gerais (AG) da região, para falar sobre as perspectivas de fortalecimento da supervisão parlamentar no Caribe. Além disso, também contribuíram para o workshop várias organizações internacionais, entre elas a Commonwealth Parliamentary Association (Associação Parlamentar da Commonwealth). O workshop foi celebrado no Parlamento de Antigua e pretendeu:

- compartilhar as melhores práticas dos Comitês de Contas Públicas (CCPs) nas maiores legislaturas do Caribe, incluindo a Guiana, a Jamaica e Trindade e Tobago, para encontrar uma forma de fortalecer a relação AG-CCP;
- debater a maneira de fortalecer, de maneira eficaz, o sistema de comissões, a capacidade parlamentar e a capacidade das legislaturas de menor tamanho do Caribe;
- desenvolver estratégias para fortalecer a independência do Auditor Geral, e
- fortalecer a capacidade regional de intercâmbio de conhecimentos relativa à supervisão do orçamento.

O workshop obteve uma alta qualificação, além de comentários positivos da maioria dos participantes, fato que indica que este cumpriu seus objetivos (para conhecer os dados compilados ver o gráfico).



[Download o relatório do workshop aqui](#)  
(disponível somente em inglês)



# Segurança cidadã para as mulheres, uma tarefa parlamentar

Entrevista com Linda Machuca



Linda Machuca

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares  
Membro da Assembleia do Equador

**Q: Para a senhora, o que significa “segurança cidadã para as mulheres”?**

**A:** A segurança cidadã é um dos principais problemas públicos que assola a sociedade atual. Por essa razão, e partindo de uma perspectiva social mais ampla, é que se desenham políticas de prevenção e controle para a segurança cidadã, cujo objetivo é o de dar dignidade e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Devido à essa preocupação generalizada, decidimos dedicar nosso Encontro Anual à segurança cidadã para as mulheres, como uma tarefa e uma responsabilidade daqueles homens e mulheres parlamentares que foram escolhidos para representar as sociedades nas Américas.

Não é possível entender uma segurança cidadã que não inclua as mulheres. É preciso abordar esse fenômeno de maneira específica, com perspectiva de gênero, além de fazer propostas de políticas públicas pertinentes e que propendam a um “pacto de convivência”, sem violência, que inclua a participação cidadã das mulheres, o acesso aos serviços e que garanta, principalmente, uma cidadania ativa que fundamente os direitos humanos e a igualdade de gênero.

Para o desenho dessas políticas é fundamental que se faça um trabalho inter-setorial, sendo que o poder legislativo não deve ser o único a levar adiante essa proposta e, sim, que tanto o poder executivo quanto o judicial trabalhem juntos para cumprir os mandatos que lhes correspondem.

**Q: Crê que homens e mulheres têm formas diferentes de perceber a insegurança cidadã?**

**A:** Os homens e as mulheres não são afetados da mesma forma pela insegurança e pela violência. No caso da mulher, essas formas transcendem o âmbito privado, porque a violência contra a mulher está legitimada. A violência é vista como “natural”, inclusive como uma questão cultural, e isso não acontece somente em meu país, mas também no resto da América Latina, devido ao sistema patriarcal imperante.

Em geral, a sociedade percebe que as mulheres, os anciãos e as crianças podem ser vítimas potenciais da insegurança cidadã. No âmbito público, considera-se que a mulher sozinha é vulnerável e tida como um sujeito de maior risco frente à delinquência, o que por sua vez a leva a uma revitimização no momento de uma pesquisa por parte do Estado. Uma das tantas formas comuns de voltar a vitimar uma mulher é dizer que ela sofre uma agressão sexual, ou um delito de agressão contra sua pessoa, pela forma em que ela caminha, ou se veste, ou até mesmo por andar sozinha por ruas perigosas, sem a companhia de um homem.

No caso dos homens, a sociedade latina tende a qualificá-los como pessoas menos vulneráveis frente ao delito, já que pelas diferenças físicas, eles podem chegar a enfrentar seus agressores, o que as mulheres não poderiam fazer segundo a opinião de certos setores da sociedade.

Agora bem, devido à nova “evolução” e ao “aperfeiçoamento” das técnicas delitivas e do crime organizado, pode-se determinar que os delinquentes não costumam diferenciar nem por idade nem por sexo sendo, portanto, que qualquer pessoa, em qualquer situação, pode sofrer com a insegurança e a delinquência. É importante salientar que a insegurança cidadã, hoje, teve de ampliar seu marco de referência e considerar uma variedade de ameaças como: terrorismo internacional, tráfico de drogas e armas ilegais, tráfico de mulheres e tráfico de pessoas, indústria global do sexo, lavagem de dinheiro, corrupção institucional e crime organizado.

Dentro desse contexto, o que os cidadãos percebem é que a insegurança reduziu a qualidade e a segurança do espaço público, já que se sentem inseguros, desamparados e indefesos diante dessas constantes práticas criminosas.

**Q: Que tipo de estratégia as mulheres utilizam quando têm de enfrentar a insegurança cidadã?**

**A:** Essa questão, nova na maioria dos países, ainda não tem um tratamento específico, pois ainda está sendo implementada e deveria ser assumida de maneira inter-setorial e inter-institucional. No último Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares encontramos algumas respostas: Aplicação oportuna e correta das leis desenhadas para proteger as mulheres; Mecanismos institucionais com visão de gênero; Recuperação dos espaços públicos; Participação e segurança; Geração e difusão da informação; Orçamentos sensíveis ao gênero; Meios efetivos de punição contra a insegurança; Educação da sociedade, sem a qual nenhum mecanismo seria efetivo; e, Orçamentos nacionais à medida das necessidades em matéria de segurança.

**Q: Quanto à segurança cidadã, que recomendações surgiram no Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares para melhorar a situação da mulher? <sup>1</sup>**

**A:** Algumas das recomendações propostas pelas participantes do debate foram:

- Legislar de forma participativa e comprometer as funções legislativa e executiva para que aprovem orçamentos coerentes com os objetivos perseguidos. Além disso, é necessário fazer uma constante e efetiva tarefa de fiscalização e avaliação das políticas públicas.
- Dos Parlamentos, promover mecanismos de educação e sensibilização para prevenir a violência a uma idade prematura.
- Construir definições precisas sobre tráfico de mulheres e o feminicídio, antes de que sejam tipificadas, para esclarecer os conceitos, permitir um melhor entendimento de suas conseqüências e facilitar a punição dos crimes.

<sup>1</sup> Realizado nos dias 9 e 10 de maio de 2012, em Valparaíso no Chile

- Rever os modelos econômicos para que eles não sejam concentradores de riqueza. A legislação elaborada no interior dos parlamentos deve prestar atenção especial à população excluída.

Além disso, e dentro das linhas de um debate mais amplo, conclui-se que por intermédio da fiscalização, nós, parlamentares, devemos vigiar os sistemas de justiça para que não sejam permeáveis ao crime organizado. Como parlamentares, também devemos incentivar planos que visem a mudança dos padrões sócio culturais, mudanças essas que evitem criminalizar e estigmatizar e que enfatizem ações integrais e preventivas.

**Q: Que espera que os participantes adquiram na reunião?**

**A:** Depois do Encontro Anual, como sempre, esperamos que o Grupo de Mulheres Parlamentares e o ParlAmericas possam continuar construindo um diálogo interparlamentar e fomentando o intercâmbio das boas práticas entre os países membros das Américas.

Nossos Encontros pretendem deixar uma semente para que cada um debata, em seus próprios parlamentos. Que essas reuniões não sejam reuniões isoladas, mas sim, proveitosas para todas as mulheres e homens membros do Parlamento que nos acompanham a cada ano.

## Conheça os especialistas

Entre os dias 9 e 10 de maio de 2012, o Chile foi sede do Encontro Anual do Grupo de Mulheres Parlamentares. A reunião tinha, como principal objetivo, debater estratégias para que fossem incorporados mecanismos concretos de proteção para as mulheres nas políticas nacionais de segurança cidadã dos países das Américas, o que se obteve por intermédio do intercâmbio de experiências de diferentes países e regiões representados nos grupos de trabalho e de painéis informativos de conhecidos especialistas das Américas.

### Christine Brendel

Diretora Regional do Programa ComVoMulher (Combater a violência contra a Mulher no Peru, na Bolívia, no Equador e no Paraguai) e da Cooperação alemã para o Desenvolvimento-GIZ, que desenvolve medidas para melhorar a cooperação entre os atores estatais e não estatais, além de trabalhar na prevenção e no combate à violência de gênero, principalmente a exercida contra camponesas, indígenas e afro-descendentes.

Brendel começou sua carreira profissional em 1983, na África Ocidental, e a partir de 1988 passou a trabalhar na América Latina. Até 2002, colaborou com mais de dez países latino-americanos para fomentar o sistema democrático, a questão de gênero, o desenvolvimento empresarial, o planejamento, a monitoração e a avaliação de projetos.

Na Alemanha, trabalhou para o Ministério Federal para Desenvolvimento e Cooperação Econômica, para a Cooperação alemã para o Desenvolvimento, para o Serviço Alemão para o Desenvolvimento e para o InWent (2002/04). Trabalhou em Washington D.C. (2004/07). Foi a encarregada da direção do Programa de Gênero, na sede do GIZ, na Alemanha, e a partir de 2009 faz parte da junta diretiva da OCDE CAD GenderNet.

### Pável Uranga

Antropólogo mexicano especializado em Antropologia Médica e Forense e Psicologia Social. Trabalhou com organizações da sociedade civil que defendem a vida e a segurança das mulheres. Foi um dos fundadores e relator do Observatório Cidadão do Femicídio e do Observatório Nacional do Femicídio no México, do qual foi relator por 5 anos.

De sua função nesse cargo, conseguiu demonstrar a dissimulação do estado mexicano no combate ao Femicídio, o que levou o Parlamento Europeu a penalizar esse país e o distinguiu com o cargo de Consultor do Parlamento no OCNF. Colaborou com a Procuradoria Especial contra a Violência para com as mulheres, fazendo pesquisas sobre as ramificações do Femicídio e do tráfico de Mulheres (2005/07).

Foi um dos redatores do relatório “sombra” para o CEDAW México (2003/07) e Honduras (2008/09) sobre Femicídio. Em 2007, colaborou com a Assembleia Nacional Constituinte do Equador como especialista no combate ao Femicídio. Também no Equador, em 2011, fez uma pesquisa de campo, na fronteira norte com a Colômbia, sobre o tráfico de mulheres com fins de exploração sexual.

### Lorena Vinuesa

Doutora em Psicologia Clínica, especialista em Terapia Familiar Sistêmica. Mediadora. Diploma Internacional no desenho de políticas públicas para enfrentar o crime na democracia. Mestrado em governabilidade e gerência política. Especialista em questões de violência, segurança cidadã e segurança viária, com ênfase no gerenciamento e no planejamento de políticas públicas, na construção de indicadores, na visão de gênero e na economia alternativa. Tem experiência em elaboração e avaliação de projetos sociais, orçamentos participativos, prevenção da violência intra-familiar, de gênero e maus-tratos infantil, de estimulação do talento humano e de programação neurolingüística.

Diretora Metropolitana de Segurança Cidadã do Município de Quito. Membro de Diretório da Associação IRSA da Holanda, em representação da Região da América Latina. Presidenta Executiva da Fundação de Segurança Viária e Cidadã IRSA ECUADOR, filial autônoma. Consultora para a confecção de diagnósticos, elaboração de planos de segurança nacional e local, enquête de vitimização e observatórios de crimes. Assessora dos Ministérios: Interior e Coordenação de Segurança.

## Resumos

### Panel 1: A violência de gênero a partir de uma perspectiva nacional (Brendel)

[Artigo completo aqui](#)

A violência de gênero é uma violação dos direitos humanos que afeta milhões de mulheres em todo o mundo, não importando sua nacionalidade, classe social, cultura ou idade. Apesar de ser um fenômeno mundial, os números e as manifestações características dessa violência contra as mulheres variam segundo o contexto específico de cada região. Na América Latina e no Caribe, os índices característicos da violência de gênero são tão assustadores que chegam a intervir no pleno desenvolvimento e na economia da região.

Este artigo analisa e expõe os padrões socioculturais provenientes de um sistema patriarcal marcado pelo conflito, pela discriminação e pela desigualdade, que condicionam a violência de gênero na região.

Na América Latina e no Caribe, é absolutamente necessário que a estratégia nacional contra a violência de gênero dedique-se a fazer mudanças socioculturais e a executar políticas públicas com eficiência. Para isso, uma punição mais rigorosa da violência contra as mulheres

precisa vir acompanhada, em primeiro lugar, de uma campanha de sensibilização da população e, em segundo, da capacitação dos responsáveis pela implementação das leis e políticas públicas. É necessário, além disso, que as normas existentes sejam revisadas, estabelecendo-se um contexto jurídico, com visão de gênero, que quebre os estereótipos de gênero e os conceitos machistas próprios das sociedades patriarcais na qual vivemos. Para alcançar uma legislação integral é preciso que haja um processo que dê prioridade às organizações da sociedade e que seja inter-setorial e participativo.

## Panel 2: *Feminicídio (Uranga)*

O Feminicídio ainda não é aceito como categoria de análise e menos ainda como indicador de criminalidade, o que permite a invisibilidade dos fatores comuns, que se desenvolvem e constituem a violência sexual sistêmica contra as mulheres.

No continente, as redes de escravidão sexual, ou de tráfico, fazem desaparecer centenas de milhares de mulheres de nossos países –a maioria delas expulsas por causa da feminização da pobreza, dos conflitos armados e da exclusão social. Nesse processo, as mulheres desaparecem, tornam-se presas da exploração sexual comercial e são simples mercadorias, são coisificadas e tratadas como objetos sem valor, sendo, finalmente, muitas delas assassinadas nesse processo. O tráfico com fins de exploração sexual é um negócio milionário e usa seus recursos para vulnerar as instituições.

A corrupção, a evasão, a negligência, bem como a omissão desses crimes nas políticas de Estado, potencializam sua incidência normativa política e econômica, permitindo seu desenvolvimento impunemente e criando uma cultura da banalização e aceitação social da violência contra as mulheres.

## Panel 3: *Como os orçamentos são ajustados às necessidades nacionais nas questões de segurança? (Vinueza)*

Os orçamentos alocados mostram, claramente, de que maneira se administra a política de segurança cidadã. Na região, pode-se observar que sempre se investe mais no controle e na repressão da violência e do crime do que em reabilitação que deveria prevenir os fatores estruturais que provocam essa violência.

Nos estudos de casos feitos no Peru, no Chile e no Equador vemos que, dentro dos recursos alocados para garantir a segurança, somente os orçamentos para a Polícia, a Justiça e a Reabilitação são um pouco mais considerados. No entanto, nenhum deles contempla os investimentos que poderiam modificar fatores estruturais primários (população em geral), ou até mesmo secundários (grupos sociais em situação de risco que podem cometer delitos), e isso se dá devido à desproporção das dependências do Estado que impedem que a comunicação entre esses setores seja fluída.

Um fator comum entre os países da ALC é o alto nível de desigualdade na distribuição da renda, uma vez que boa parte da população vive em estado de pobreza crônica. Nesse contexto, é necessário tomar visível essa desigualdade. É preciso mostrar que ela é um ato de violência que o sistema econômico exerce sobre a maioria da população e que, como consequência dessa violência, ocorrem mortes, doenças, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento, privações etc. É preciso tratar a violência e o crime como manifestações de um contexto histórico, no qual interagem políticas culturais, sociais e econômicas desiguais.

Dos anos oitenta até hoje, com exceção de Cuba, a insegurança e a violência cresceram na região da ALC e coincidiram com os primeiros ajustes estruturais das políticas econômicas neoliberais que desmantelaram o Estado e o impediram de exercer sua legítima capacidade de intervenção. Essa proposta de política econômica, como podemos constatar, não deu resultado, porque a desigualdade e a insegurança na região aumentaram em lugar de diminuir. A

Os parlamentos dos Estados só contribuirão para erradicar a violência de gênero caso o processo de formulação, aprovação e execução das leis contemple as propostas dos diferentes setores da sociedade. Dessa maneira, os Estados poderão cumprir seus compromissos nacionais, ou internacionais, promover os direitos fundamentais dos cidadãos e apoiar o desenvolvimento da região, favorecendo o direito à uma vida livre de violência para todos.

[Artigo completo aqui](#)

Devido à natureza das vítimas –mulheres, pobres, migrantes, camponesas, indígenas, negras, marginadas–, não há uma estrutura acadêmica, jurídica nem governamental que se dedique a estudar a ocorrência criminosa que se abate sobre essas mulheres. Também não existem mecanismos preventivos, ou de alerta antecipado, contra a violência exercida sobre as mulheres (inclusive, naqueles lugares onde existem, não são aplicados como proteção dos direitos humanos e, sim, como critérios políticos).

A convergência dos fenômenos transnacionais criminais, geradores de outros crimes, como o Feminicídio, a desaparecimento forçada de mulheres e o tráfico ou escravidão sexual, que formam uma estrutura social de violência aceitável e permissível contra as mulheres –52% da população de nossos países–, deveria nos obrigar a rever os sistemas de justiça, de formação acadêmica, cultural e estatística nos Estados nacionais.

[Artigo completo aqui](#)

população mais afetada pela violência é a que está excluída. No caso do Equador, por exemplo, um estudo feito em 2008 sobre homicídio demonstrou que 75,8% das vítimas desse delito tinham baixo grau de instrução, sendo que sua incidência, nos níveis de instrução superior, é muito menor.

As políticas de segurança cidadã devem considerar a violência como um fenômeno complexo e de origem múltipla, ou seja, que esta pode surgir de fatores psicológicos, biológicos, econômicos, sociais, culturais ou do tratamento multidimensional.

A tendência existente de securitizar a política e de politizar a segurança, somada à tolerância da população para com políticas opressoras que não respeitam os direitos nem as liberdades, além da carência de políticas integrais que levem em consideração a segurança, são os problemas mais graves que se associam aos altos índices de criminalidade violenta vistos na região.

A fim de resolver os problemas estruturais, as políticas devem agir não só a médio, mas também a longo prazo. Partindo do modelo de desenvolvimento que diminui os índices de desigualdade, uma das bases da insegurança, é possível intervir na transformação de padrões sócio-culturais violentos, na educação, na saúde, no trabalho e no apoio à população de risco para fortalecer esse capital social.

Na prática, essas intervenções são difíceis de implementar, mas nem por isso impossíveis de ser executadas. O crescimento do crime organizado internacional e a desigualdade de gênero em matéria de políticas sociais e econômicas são outros aspectos que devemos levar em consideração. Afinal de contas, enquanto a população estiver vivendo na exclusão, não poderá haver melhoria. Nos últimos vinte anos, a violência e o delito continuaram a crescer de forma sustentável.

# Assembleia Plenária 9

## Entrevista com Víctor Julio III



**Víctor Julio III**

Vicepresidente de ParlAmericas  
Deputado  
Anfitrião da 9ª Assembleia Plenária

### **Q: Como se sente ao patrocinar a 9ª Assembleia Plenária do ParlAmericas?**

**A:** Sinto-me deveras orgulhoso, porque o evento vem reforçar aquela frase que está na boca de muitos cidadãos, inclusive na do presidente da República, Ricardo Martinelli, que diz que: “O Panamá está na moda”. É importante mencionar que, em 2011, o Panamá foi a nação que teve o maior crescimento econômico de todo o continente americano, sendo que esse crescimento foi superior a dez por cento. A presença dos meus colegas do ParlAmericas vem nos apoiar na luta para encontrar respostas para os problemas que assolam a nossa região. Como anfitrião, sinto esse prazer, essa alegria, por saber que meu país converte-se, novamente, em um ponto de referência para um evento dessa grandeza. Sinto que a missão de ser o anfitrião da primeira Assembleia Plenária, com o novo nome do ParlAmericas depois da evolução do FIPA, além de uma grande responsabilidade é, também, uma grande honra. Ter sido o primeiro vice-presidente dessa transição tão importante representa, para mim, um fato histórico.

### **Q: Quais serão as diferenças entre essa Assembleia Plenária e a anterior também com sede no Panamá?**

**A:** A principal diferença é que essa será a primeira Assembleia Plenária como ParlAmericas. Além disso, evoluímos, mudamos, e agora somos uma grande organização internacional que, durante a 9ª Assembleia Plenária que terá lugar em breve no Panamá, vai tomar importantes decisões. Seguiremos um novo rumo no futuro do nosso continente e forneceremos uma nova alternativa para solucionar os principais problemas das nossas sociedades na América. Acho que o fato de o Panamá ter uma posição geográfica estratégica e central no continente vai facilitar a chegada dos parlamentares a nosso país, uma vez que existem muitos vãos diretos que partem de quase todos os países do continente.

### **Q: Que temas serão debatidos nessa Assembleia?**

**A:** Vamos debater quatro questões importantes, que são: Estado de direito débil: uma ameaça para a segurança cidadã, Impacto da crise econômica global nas Américas, Mudança Climática e Meio Ambiente e A crise econômica e seus efeitos nas mulheres da região.

### **Q: Quantos participantes esperam?**

**A:** Esperamos ao redor de cem parlamentares de todo o continente americano. Além disso, como em todas as Assembleias Plenárias do ParlAmericas, vamos contar com a presença de observadores internacionais.

### **Q: O que os participantes podem esperar dessa Assembleia?**

**A:** A cordialidade e a hospitalidade do povo panamenho é uma de nossas principais características. Os participantes dessa 9ª Assembleia Plenária vão participar de um fórum, onde vão debater os principais problemas e as atuais situações que nosso continente americano está enfrentando. Além dos atos protocolares e dos debates dos grupos de trabalhos sobre as questões mencionadas, haverá visitas protocolares à Assembleia Nacional dos Deputados do Panamá e à Chancelaria da República, almoços e jantares em vários lugares, bem como espetáculos folclóricos panamenhos e passeios pelos pontos históricos da cidade do Panamá. Será feita, também, uma visita às esclusas de Miraflores para apreciar os navios que atravessam o Canal do Panamá.

### **Q: Há alguma outra razão para que os parlamentares compareçam ao evento?**

**A:** Em nossas reuniões chegam-se a muitas respostas para os problemas que assolam nosso hemisfério. Organismos como o ParlAmericas tiveram um importante papel na região e o Panamá tem vasta experiência no assunto. Aqui surgiu o Grupo Contadora que negociou a paz na região da América Central. E foi do Panamá que os governos do México, da Colômbia, da Venezuela e do Panamá lideraram as negociações que hoje mantêm a América Central em paz, em harmonia e em democracia. O Grupo Contadora foi chamado assim porque a maioria das negociações foram feitas em uma ilha panamenha do Pacífico com esse nome. Essa 9ª Assembleia Plenária será a primeira assembleia depois que o FIPA evoluiu e se transformou no ParlAmericas. No Panamá, todos se sentirão muito bem recebidos e terão uma atenção de primeira categoria. O Panamá é a ponte do mundo e o coração do universo. Será um verdadeiro prazer recebê-los em nosso país e sentimo-nos honrados de ser a sede dessa 9ª Assembleia Plenária.



Asamblea plenaria  
Plenary Assembly  
Assemblée plénière  
Assembleia Plenária

9

# Palavra dos especialistas: Gênero e Segurança

## Uma relação de conflito necessária para a transversalidade das políticas públicas latino-americanas

As turbulências dos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, no atual contexto global, devem ser vistas com atenção, para que possamos denotar suas complexidades e os problemas que surgem da segurança cidadã.

Os efeitos do capitalismo financeiro e especulativo sobre os estados, as democracias e a instituição democrática, além das recentes flexibilidades e instabilidades no trabalho, têm uma relação íntima com as atuais condições de desigualdade e anomia social. O mesmo acontece com o posicionamento dos movimentos identitários, que estão demandando respostas, soluções, e abordagens políticas novas para enfrentar a violência e a violação dos Direitos Humanos.

Dentro desse novo panorama, as pesquisas feitas sobre criminalidade e administração da segurança cidadã devem ser revisadas a partir do enfoque de equidade de gêneros.

Nos últimos dois séculos, as mulheres não só ocuparam o espaço público, abertamente, mas também contribuíram, de forma inovadora, para a mudança de um paradigma social que modificasse tanto a estrutura sociopolítica já existente, humanizando-a, quanto as estruturas de poder e as formas de fazer política.

Da mesma forma, contribuíram com propostas transformadoras nos campos teóricos, programáticos, metodológicos e de serviços públicos. Denunciaram, ainda, a específica vulnerabilidade daqueles que padecem a

violência de gênero, uma das bases da geração do crime.

É fundamental, então, estudar e analisar os principais problemas da criminalidade nos novos contextos (globais/locais/glocais) juntamente com as iniquidades e a desigualdade de gênero atuais e sua relação com as desigualdades em termos de raça, etnia, classe urbano/rural, entre outras, para aprofundar no desenvolvimento de caminhos que enfrentem a criminalidade respeito aos D.D.H.H..

Todos os operadores/atores do estado, forças de segurança, movimentos sociais e políticos poderão convergir para essas mudanças, por meio do desenho de uma nova governabilidade democrática, uma nova institucionalização democrática e uma sociedade mais justa, equitativa e pacífica.

É fundamental, para isso, que se incentive o compromisso com a qualidade do sistema, que se integre a igualdade como base da justiça social, para prevenir a criminalidade do ponto de vista do gênero e das desigualdades.

Utilizando esse mesmo ponto de vista, é importante promover o desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares para que sejam aplicadas a diferentes e complexos contextos, para que se tome consciência da relação existente entre a mudança global de paradigma, suas principais problemáticas e as melhores formas de prevenção do crime.

Também é importante apostar na capacitação analítica e preventiva dos agentes públicos, das instituições e das pessoas implicadas como atores estratégicos, como operadores/as (policiais, carcerários, políticos e jurídicos) capazes de compreender as articulações contextuais, as redes delitivas existentes, os mapas sociais desenhados no contexto e as relações pessoais que necessitam ser transformadas (machismo, autoritarismo, racismo, etc). Dessa forma será possível fazer mudanças culturais urgentes, como a necessária modificação das culturas sexistas, racistas, de classes ou de outras manifestações da desigualdade que produzem e reproduzem a violência.

Salientar a complexidade do tecido social no entrecruzamento de gênero, raça, etnia, classe, faixa etária, rural/urbana, entre outras, é fundamental para abordar a investigação criminal, e administrar a segurança com uma visão de equidade social. Para obter melhores padrões de igualdade e de desenvolvimento, é necessário dar ênfase ao enfoque transversal da equidade de gêneros, a seu potencial transformador das relações pessoais e sociais para eliminar a violência, e ao tratamento político-metodológico atual na investigação criminal e na administração da segurança.

### Carmen Colazo



Doutoranda em Sociedade da Informação e Conhecimento pela Universitat Oberta da Catalunya, Espanha, e em Direito e Ciências Sociais pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Doutorado e Mestrado (DEA) em Sociologia pela Universitat Oberta da Catalunya. Diplomada em Governabilidade e Desenvolvimento pela Universitat Oberta da Catalunya e pelo Instituto Internacional de Governabilidade da Catalunya. Advogada e Licenciada em Ciências da Informação pela Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Fundadora, Diretora de Educação, criadora do programa de Igualdade de Oportunidades na Educação (PRIOME), membro do gabinete, assessora e avaliadora da Secretaria da Mulher no Paraguai. Co-autora dos documentos oficiais em Beijing sobre questões de mecanismos políticos de participação, educação, cultura e comunicação. Moderadora da Mesa de Ministros e Ministras de Educação e Mulheres, Sepia II, da Comissão Interamericana de Mulheres CIM/OEA, ano 2004. Diretora de Mestrado e Diploma de pós-graduação em Gênero, Desenvolvimento e D.D.H.H. conferidos pela Argentina e pelo Paraguai. Autora e co-autora de mais de dez livros. Consultora regional. Avaliadora do programa PROLID BID Sistema das Nações Unidas e outras agências de cooperação em questões de gênero e D.D.H.H.. Fundadora de ONG's regionais de D.D.H.H.. Avaliadora da Anistia Internacional do Paraguai. Dirige a Rede Mulheres, Gêneros e Desenvolvimento com Equidade (RIF GED) do Colégio das Américas (COLAM), da Organização Universitária Interamericana (OUI).

## Centro de recursos

### Cúpula do Rio+20 (ONU)

Descubra as iniciativas, o cronograma de atividades, os documentos e as propostas do processo. [Leia](#)

### A emergência da China e América Latina: uma perspectiva global, a longo prazo (Carnegie Endowment)

Durante a última década, a China tornou-se um parceiro econômico cada vez mais importante para a América Latina. No entanto, esta tendência deve ser considerada na perspectiva correta. [Leia](#) (disponível somente em Inglês)

### Mais adultos mudariam para trabalho temporário que de forma permanente (Gallup World)

Mais de um em cada quatro adultos no mundo (26%) dizem que gostariam de ir trabalhar no estrangeiro temporariamente, de acordo com pesquisas do Gallup em 119 países em 2009 e 2010. [Leia](#) (disponível somente em Inglês)

### Reforma da Polícia na América Latina (CSIS)

À medida que os países latino americanos consolidarem suas práticas democráticas, a necessidade por policiamento efetivo, agências de aplicação da lei mais especializadas e um marco legal que as ajude na coordenação de suas ações, se tomará cada vez mais urgente. [Leia](#) (disponível somente em Inglês)

### Relatório sobre Desenvolvimento Humano no Caribe (UN)

O aumento da violência e da criminalidade na América Latina e no Caribe é um fato inegável que corrói a própria base dos processos democráticos na região e impõe custos sociais, econômicos e culturais elevados. [Leia](#) (disponível somente em Inglês)